

INVENTÁRIO DAS FONTES DO ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARAÍBA E SUAS VIRTUALIDADES PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO NEGRA DA PARAÍBA OITOCENTISTA¹

**Carmelo Ribeiro Nascimento Filho²
Solange Pereira da Rocha³**

O presente texto traz algumas reflexões resultantes da experiência de uma pesquisa desenvolvida no Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB), entre os anos de 2003 e início de 2005, com os livros de batismo, casamento e óbito, cujas informações recolhidas servem como suporte documental de um trabalho de doutorado acerca do parentesco de escravos e de “pretos” (livres e libertos) em três freguesias da Zona da Mata da Paraíba oitocentista. Na primeira parte do texto, Carmelo Ribeiro, faz um rápido inventário das fontes existentes no AEPB e, na segunda, Solange Rocha, realiza uma breve análise sobre família escrava, mostrando as possibilidades que os registros paroquiais permitem para o estudo da população negra (escrava e não-escrava).

I – O Arquivo e suas fontes

Os(as) historiadores(as) da Paraíba, habituados a lidar com a triste rotina de pesquisar em arquivos desorganizados, ou apenas precariamente ordenados, vêm negligenciando a documentação existente no AEPB, organizado desde 1992. Trata-se especialmente dos(as) historiadores(as) que se especializaram em estudar o século XIX e que têm nos livros de registro de batismo, casamento e óbito, um rico manancial, quase intocado, exceto pelos genealogistas que, por razões óbvias, foram os primeiros a utilizar o acervo da instituição para a realização de suas pesquisas.

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba, que se encontra à disposição do público, na sede da Cúria Metropolitana da Arquidiocese da Paraíba, possui um acervo composto de mais de 50 mil peças de documentos textuais, cartográficos, fotográficos e impressos, distribuídos nos seguintes fundos documentais: Chancelaria, Seminário Arquidiocesano, Cabido Metropolitano, Colégio de Consultores, Tribunal Eclesiástico, Conselho de Assuntos Econômicos, Conselho de Presbíteros e Conselho Pastoral. Contém, também,

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “O Século XIX na Paraíba: Cultura e Sociedade”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006. Agradecemos à historiadora Marisa Teruya (UEPB), que no início da pesquisa ofereceu valiosas sugestões teóricas e metodológicas, bem como contribuiu na elaboração da ficha que foi utilizada na coleta dos dados.

² Mestre pelo em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba.

³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco e ex-bolsista do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford.

documentação administrativa produzida pela Diocese da Paraíba, criada em 1892 e elevada à condição de Arquidiocese em 1914,⁴ destacando-se: as cartas pastorais escritas pelos seis religiosos que ocuparam o Arcebispado da Paraíba; o jornal católico “A Imprensa” e, mais recentemente, os documentos sobre os círculos operários católicos e às diversas comissões pastorais instituídas pela Igreja na década de 1960.

É preciso, entretanto, desfazer um equívoco de que, freqüentemente, são vítimas os(as) pesquisadores(as) que pela primeira vez visitam o AEPB; o de que a documentação sob a guarda dessa instituição é relativa a todo o estado da Paraíba. Isto não acontece, pois a Província Eclesiástica é composta por um Arcebispado, Bispados (ou Dioceses) e Paróquias (ou Freguesias), com autonomia e, por esse motivo possuem documentação própria. Sendo assim, o acervo pertencente ao AEPB, diz respeito apenas à capital do Estado, atual João Pessoa e áreas sob sua influência direta. Desse modo, o pesquisador que se dispuser a procurar a Cúria Metropolitana de João Pessoa, encontrará documentos relativos aos seguintes municípios: João Pessoa, Mamanguape, São Miguel de Taipú, Alhandra, Pilar, Pitimbú, Conde, Santa Rita, Ingá, Gurinhém, Mogeiro, Cruz do Espírito Santo, Sapé, Jacaraú, Cabedelo, Rio Tinto, Pedras de Fogo e outros.

Um outro equívoco a ser desfeito se relaciona com a antiguidade da documentação, pois apesar do AEPB possuir a guarda de livros de batismo, casamento e óbito de todo o século XIX e mesmo de fins do século XVIII, o grosso da documentação refere-se ao fim do século XIX e ao XX, pois, como já foi dito, a criação da Diocese da Paraíba data de 1892.

O mesmo não aconteceu com os livros de registro de batismo, casamento e óbito das freguesias mais antigas, que permaneceram nas igrejas matrizes das ditas paróquias, sob a responsabilidade, nem sempre cuidadosa, dos vigários. Esta documentação, por longo tempo esquecida, foi recentemente recolhida ao AEPB, juntamente com os livros de compromissos de algumas irmandades.

Higienizado e organizado este acervo se encontra à disposição dos pesquisadores; contudo, devido a quase dois séculos de abandono, a falta de conservação dos livros, aliada às freqüentes lacunas da documentação, impediu, com raras exceções, o acompanhamento, por exemplo, do crescimento demográfico de uma dada freguesia. Há paróquias em que foram preservados livros do final do século XVIII e início do XIX, seguidos de um longo intervalo, causado pela perda ou extravio dos livros referentes às décadas centrais do citado século, só tendo sido preservada a documentação, de maneira contínua, a partir das últimas décadas do oitocentos, como por exemplo Alhandra. Há também paróquias, em que foram

⁴ Cf. SANTOS, Ednaldo Araújo dos; VELÔSO, Ricardo Grisi. *Apontamentos Biográficos do Clero da Arquidiocese da Paraíba* (1894-2004). João Pessoa: Idéia, 2005, p. 15. A Arquidiocese da Paraíba foi desmembrada da Arquidiocese de Olinda. Esta, ainda guarda muito da documentação referente à Paraíba. Exemplo disto é a permanência em Pernambuco da maior parte dos documentos relativos aos ordenamentos de padres nascidos na Paraíba do século XIX, e que devido às exigências do direito canônico tinham que se submeterem a três processos distintos para iniciarem os estudos e posteriormente, perpetrarem os votos sacerdotais.

preservados todos os livros de batismo, desde a criação da freguesia até o século XX; é o caso de Ingá (1840). Existem, ainda, freguesias que possuem todos os livros de batismo, mas poucos de óbito e vice-versa.

Outra dificuldade para se trabalhar com estas fontes decorre da maneira como tais registros foram anotados. Em geral, os padres das igrejas e capelas enviavam os registros para a igreja matriz, onde o pároco registrava no livro de assentos da paróquia, juntamente com as informações das cerimônias ocorridas na igreja paroquial, fato que levou a um maior rigor para com as anotações relativas às cerimônias realizadas na matriz e um descaso em relação àquelas realizadas nas igrejas, capelas e oratórios, subordinados à matriz. Por fim, cada vigário, embora obedecendo a um modelo comum, tinha o seu modo próprio de registrar as cerimônias, que, em geral, diferiam do anterior. Alguns eram mais meticulosos, outros mais sucintos e, muitos, negligentes.

Apesar disto, algumas informações eram indispensáveis, por exemplo, para um registro de batismo, era fundamental que se anotasse o nome e a idade do batizando, o nome do padre que realizou a cerimônia, a data, o nome dos pais e dos padrinhos. Alguns vigários eram mais criteriosos e costumavam anotar a idade em anos, meses e dias, sobretudo quando o batizando era criança, mas a maioria se contentava com a generalidade, *párvulo*, atribuída à idade de 0 a 7 anos. A falta de informação sobre a cor/etnia do batizando (adulto ou criança) foi detectada em muitos assentos.

Contudo, não se pode exigir dos homens e mulheres do século XIX a objetividade que temos como meta para os documentos oficiais do século XXI, de modo que, embora as dificuldades presentes nestas fontes pareçam bastante desestimulantes, as possibilidades de pesquisa que tal documentação apresenta fariam mudar de idéia mesmo os mais pessimistas.

Desse modo, apesar das deficiências acima referidas e outras não aventadas, é possível, por meio da documentação, investigar, por exemplo, como a Igreja se fez presente nos espaços urbano e rural, com as igrejas matrizes, filiais, capelas e oratórios públicos. Ainda, pode-se estudar o crescimento populacional das vilas e povoações que formavam uma freguesia, pelos muitos registros que trazem a designação do local de residência dos pais e padrinhos, seja este uma das ruas da capital, um sítio de homens livres pobres nos engenhos da várzea, a casa grande de um engenho ou os mangues do estuário do Paraíba. Os livros de batismo, casamento e óbito podem ser usados também para pesquisas em história social, pois fornecem um vasto painel dos padrões de comportamento da época, como as informações relativas ao tipo de filiação das crianças, ou seja, se elas eram legítimas, naturais ou adulterinas. Por esses dados é possível constatar que na sociedade paraibana oitocentista eram comuns crianças não terem o pai declarado, raramente os casamentos eram oficializados e eram numerosas as uniões consensuais e interétnicas.

Também foi observada uma tolerância social com os vigários, que eram pais e chegavam a registrar seus filhos nos livros de batismo. O apadrinhamento e compadrio também são relações que podem ser largamente examinadas em todos os grupos sociais e étnicos que compunham a sociedade da Paraíba. A este respeito foi observado que na Paraíba oitocentista, boa parte da população tinha o hábito de tornar Nossa Senhora, em suas múltiplas denominações, madrinha de seus filhos, enquanto eram raros os casos de santos padrinhos.

A documentação possibilita, ainda, pesquisar a composição étnico-racial da população das diferentes freguesias, formada por brancos, semibrancos, pardos, mulatos, cabras, caboclos, curibocas, índios, negros, pretos, crioulos, africanos, pretos de nação e caboclos de nação, bem como as relações entre os índios de diferentes aldeamentos que, surpreendentemente, possuíam ligações entre eles, a exemplo de registros de índios de aldeias do Rio Grande do Norte, apadrinhando crianças da vila de Alhandra.

Por fim, com os registros nos livros de casamento, um rito não exclusivo, mas muito comum entre a elite da terra, é possível estudar a prática da endogamia e a pequena imigração de portugueses, espanhóis e italianos, que se estabeleceram com alguma riqueza na Cidade da Paraíba. Os mais bem sucedidos, em geral comerciantes, acabavam por casar com filhas de senhores de engenho, como testemunham os referidos registros. Na década de 1860, se encontraram soldados egressos da Guerra do Paraguai e que formalizaram união com índias trazidas daquele país. Há elementos, em tais livros, para o estudo da família escrava e dos libertos na Paraíba.

Os registros de óbito são igualmente, fontes preciosas de informação, porque através deles se pode estudar não apenas os efeitos que as repetidas secas e epidemias exerceram sobre a população da várzea do Paraíba, mas também a relação das pessoas do período oitocentista com o sobrenatural. A convivência com a morte e com os mortos parecia ser mais próxima, o que justificava os enterros com o acompanhamento das ordens terceiras e confrarias, os hábitos (mortalhas) de diferentes cores (branco e preto, mais comuns, e encarnado e azul, mais raros), ou ainda as mulheres vestidas com o hábito de Nossa Senhora em suas diferentes denominações e os homens vestidos com o hábito de São Francisco, Santo Antônio ou São José. Se fossem crianças, iam vestidas de azul, de senhor glorioso ou de menino Deus.

Estes registros permitem também estudos tanto sobre a idade em que a morte se abatia sobre os homens, quanto suas causas imediatas. No século XIX os homens não só pereciam de câmaras de sangue, febres, asma, catarrhos, hidropisia, mas também de “balaço nos peitos” ou de “um amor recolhido”, de “comer terra” ou de “suicídio voluntário”, de velhice ou “dentição”. As mulheres se não morriam de parto, pereciam das mesmas enfermidades que os homens, embora aparentemente vivessem mais que eles.

Desse modo, apesar das limitações, os dados encontrados nos livros eclesiásticos, fornecem ao(à) pesquisador(a), elementos para que se possa compreender melhor uma sociedade em que existiam não apenas pretos, pardos e brancos, mas também semibrancos, cabras, e na qual homens e mulheres eram apadrinhados pela mãe de Deus.

II – A utilização das fontes paroquiais em história da escravidão: Juliana e sua família

Em 19 de julho de 1835, foi realizado na matriz Nossa Senhora das Neves, o batizado de Juliana, uma criança escrava,⁵ filha natural de Luiza, “mulata”, ambas de propriedade de Antonio Soares de Pinho. Juliana não teve madrinha, apenas o padrinho, José Bento Labes, um homem livre.⁶

Passados três anos, a mãe de Juliana levou à pia batismal, mais uma filha, Margarida, cujo padrinho foi Antonio de Brito. As décadas passaram e a família monoparental iniciada por Luiza, a cada ano crescia, as duas irmãs cresceram e tiveram seus(as) filhos(as). Assim, quase vinte anos depois, em 1853, Margarida retornou à igreja, acompanhada de seu marido Manoel Francisco Ramos (ambos eram escravos do mesmo senhor, Antonio Soares Pinho), para batizar sua filha legítima Joana.⁷ O termo legítimo nos informa que ela havia legalizado seu casamento na igreja católica. Outro dado sobre esta família de escravos, refere-se à Joana, que ao ingressar no universo cristão, foi batizada como liberta, anotação feita pelo sacerdote no assento paroquial e que servia de comprovação de sua condição jurídica de não-escrava.⁸

Juliana, por sua vez, batizou dois filhos naturais: Maria e Cassiano, a primeira foi batizada em 19 de fevereiro de 1855, tendo como padrinho o vigário João do Rego Moura, e como madrinha “dona” Ana Sidonéia Pinho (filha do senhor da mãe e da filha).⁹ Dois anos depois, em 10 de maio de 1857, foi a vez de Cassiano, que teve como padrinho José Gonçalves dos Reis, um homem livre. Ao contrário da irmã, ele foi batizado como liberto.¹⁰

Ainda não há evidências históricas que afirmem se Juliana e seus filhos conviveram com o pai, ou mesmo se ele era escravo, forro ou livre. Entretanto, com as informações obtidas nas fontes paroquiais, se constata que em 1857, Juliana era escrava, tinha 22 anos de idade e dois filhos (um liberto e outra escrava), todos foram identificados com a cor parda. Ela também tinha conhecido sua mãe e uma irmã, que lhe deu um cunhado escravo e uma

⁵ Os registros dos batizados de Juliana e de seus familiares constam em dois Livros de Batismo da paróquia de Nossa Senhora das Neves, um de 1850/57 e o outro de 1857/63, de agora diante LB NS das Neves, com a indicação da data da cerimônia religiosa e a abreviatura do arquivo, AEPB.

⁶ Cf registro no LB NS das Neves (1833/41), em 19 de julho de 1835, AEPB.

⁷ Cf registro no LB NS das Neves (1833/41), em 28 de janeiro de 1838, AEPB.

⁸ Cf registro no LB NS das Neves (1850/57), em 31 de julho de 1853, AEPB.

⁹ Cf registro no LB NS das Neves (1850/57), em 19 de fevereiro de 1855, AEPB.

¹⁰ Cf registro no LB NS das Neves (1850/57), em 10 de maio de 1857, AEPB.

sobrinha, também liberta. Tem-se, então, transformações no núcleo familiar, de monoparental para um núcleo ampliado, com distintos laços familiares, tanto biológico (netos, sobrinhos e filhos) quanto de afinidades (cunhado) e espiritual (compadres e madrinhas). Outro aspecto vislumbrado foi o empenho dos integrantes da família (mães, avó e pai) em conquistar a liberdade dos mais novos, ou seja, a descendência de terceira geração de integrantes, originalmente, de uma família escrava. Contaram, para tanto, com os vínculos parentais (consangüíneos e rituais) que tendiam a aumentar a possibilidade de se ter algum suporte material e espiritual, para conquista da liberdade ou, mesmo, para viver no cativeiro.

O desenrolar da trajetória de Juliana e sua família traz à tona vários elementos para se discutir a questão da vida parental dos escravos¹¹ e dos caminhos trilhados por eles para obtenção da liberdade, a exemplo de Juliana que comprou o seu “título de liberdade” em 1857¹². A informação sobre a sua condição de forra, só foi possível, graças à “ligação nominativa” de fontes, método que permite acompanhar pessoas no tempo, a partir de cruzamento de distintas séries documentais. Esta técnica tem sido muito adotada por historiadores que trabalham o tema da família escrava.¹³ Assim, com as informações da população negra (escrava e não-escrava) reunidas em quatro bancos de dados: um com as cartas de alforria e três com informações de batismo, casamento e óbito, se recuperou alguns fragmentos da trajetória familiar e de sua condição de liberta.¹⁴

A análise da carta de alforria de Juliana nos revela que ela pagou 1 conto de réis pela sua liberdade. A solicitação ao tabelião para se lançar em livro de nota o documento comprobatório da operação de compra foi dela própria, que compareceu ao cartório e cumpriu todas as medidas burocráticas para se efetuar o registro realizado em 20 de julho de 1858. Diante de tais informações, uma questão se coloca de imediato: como esta ex-escrava conseguiu recursos para comprar o título de liberdade? Será que ela desempenhava trabalhos extras? Seria uma “negra do tabuleiro” que comercializava pelas ruas da capital da província? Todas estas conjecturas são plausíveis, mas, ainda sem comprovações.

Contudo, é importante destacar que todos os batizados envolvendo os escravizados da família Soares Pinho, realizados de 1835 a 1869, aconteceram na matriz de Nossa Senhora

¹¹ Alguns estudos que abordam a temática da família escrava tendo como suporte documental as fontes paroquiais, ver RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição*. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1990; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. REIS, J.J. (Org). *Escravidão & Invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33-59 e inúmeros outros.

¹² A carta de alforria de Juliana está registrada no Livro de Notas -1856-1861, folha 93, do Tabelião Joaquim Rodrigues Segismundo, depositado em acervo do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba (IHGP), doravante LN- 1856/61, com indicação da folha e IHGP.

¹³ Cf SLENES, Robert (1999: 14).

¹⁴ A organização de bancos de dados sobre os escravos e libertos da várzea da Paraíba foi realizada, graças aos recursos de bolsa de estudo do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford.

das Neves, na capital, informação que leva a se acreditar, que esta família residia na cidade. Juliana poderia ser uma escrava doméstica ou “de ganho”. De acordo com os estudos sobre alforria, as escravas domésticas costumavam realizar serviços extras tais como: vendedora de produtos, ou trabalhando em casa de outros senhores¹⁵, como a escrava Maria “Jararaca”, uma “preta africana”, residente na Cidade da Parahyba no final do oitocentos e, segundo os seus contemporâneos, excelente trabalhadora, que pilava milho e café de vários moradores, capinava os quintais dos vizinhos de seu proprietário, José Narciso de Carvalho, morador no Tambiá, o maior bairro da capital da Paraíba oitocentista.¹⁶ Se Juliana realizasse tarefas semelhantes a estas, talvez, teria condições de formar um pecúlio a ser utilizado na compra de sua carta de alforria. Contudo, pelo alto valor pago e a sua pouca idade desta escrava, pode-se supor que ela precisou de alguma ajuda financeira, de algum parente ou compadre.

Não se pode deixar de destacar, ainda, que Juliana viveu num período em que se intensificou o tráfico interprovincial e os preços dos escravos estavam no ápice. Ela era uma mulher em idade produtiva, na dupla acepção, tanto para conceber filhos quanto para desenvolver atividades produtivas que poderiam dar bons lucros aos seus donos ou aos seus herdeiros. Mesmo assim ela conseguiu superar as dificuldades materiais e comprar a sua carta de alforrias e obter a de seu filho Cassiano. A última informação que se tem sobre a liberta Juliana foi que também conseguiu a manumissão de sua filha, em 1863, pela quantia de 800 mil réis. Num trecho no livro de distribuição do Fórum há a seguinte informação: “Ana Tertula de Pinho passou carta de liberdade a favor de sua escravinha Maria, 9 anos, filha da parda Juliana, pelo valor de 800\$000”.¹⁷

Enfim, as relações familiares de Juliana, recuperadas com base nos documentos eclesiásticos, evidenciam a potencialidade destas fontes históricas e, conforme a sensibilidade, o preparo técnico do(a) pesquisador(a), o espírito crítico e a formulação dos “bons problemas” por aquele(a) que aceite o desafio de trabalhar com tal documentação, e se somados ao cruzamento de fontes permitirão, sem dúvida, desvelar e compor outras histórias, não só de negros, mas também de “pardos”, brancos, “semibrancos”; de pessoas livres (pobres ou da elite) ou de escravizadas, contribuindo, assim, para a ampliação do conhecimento da sociedade da Paraíba oitocentista.

¹⁵ MATTOSO, Katia M. de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888). MATTOSO, Katia. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004, p. 179-202.

¹⁶ Maria recebeu o epíteto de Jararaca porque ela ficou mentalmente perturbada após a venda de seus dois filhos para o “centro-sul”, pelo seu dono. Um memorialista dizia que ela tinha freqüentes “acessos” e só serenava com a presença de alguma criança, em Medeiros, Coriolano. *O Tambiá da minha infância*. João Pessoa: Ed. União, 1994, p.76.

¹⁷ Livro de distribuição 1861 a 1865, depositado no arquivo do Fórum da província da Paraíba, f. 22.